

Constituinte

O líder do PFL protestou ontem contra a forma como Ulysses Guimarães e o PMDB estão conduzindo os trabalhos da Constituinte.

JORNAL DA TARDE

No ataque, Lourenço anuncia confronto.

Em desafio aberto ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o líder do PFL, deputado José Lourenço, discursou ontem protestando contra sua participação em manobras regimentais que transmitem ao País a impressão de que poderá surgir uma Constituição radical de esquerda.

Lourenço sustentou que o PMDB moderado pode não controlar a Comissão de Sistematização, "mas o encontro final se dará no plenário da Constituinte", e assegurou que não haverá uma Constituição radical.

O líder do PMDB, Mário Covas, em resposta ao líder do PFL, negou-lhe o direito de intromissão em assuntos internos do partido e lembrou que, enquanto Ulysses Guimarães firmou seu perfil histórico como um resistente democrático, muitos dos que hoje o condenam não puderam dizer o mesmo; e aceitou o desafio para o confronto final no plenário da Constituinte nas decisões sobre os grandes temas nacionais.

A origem da discussão foi a alegação de

José Lourenço de que o deputado Ulysses Guimarães, abandonando a postura de isenção própria a um presidente de Assembléia Nacional Constituinte, age como presidente de partido, privilegiando os seus setores mais radicais. O líder do PFL acusou Ulysses de manter, nas subcomissões, os relatórios de pareceres rejeitados, para que estes elaborem um substitutivo a partir das emendas apresentadas, ao invés de substituí-los por outros, conforme determina o regimento interno da Constituinte em seu artigo 49º. Este o fato a partir do qual foi criado o clima de confrontação entre os dois partidos que, teoricamente, constituem a Aliança Democrática. Contrariando a praxe parlamentar, Covas e Lourenço não se cumprimentaram após as divergências manifestadas na tribuna, tendo este último optado por circular na parte do plenário onde se sentam os integrantes do PDS.

Lourenço insistiu que o PMDB "converteu-se no partido do quero, posso e mando" e desafiou Ulysses a agir democraticamente



Lourenço: "Minoria não conduz".

te, ouvindo a Mesa e as lideranças partidárias e abrindo mão de sua postura personalista ao decidir só, em nome de todos. Como partido, o PMDB foi ainda acusado por José Lourenço de alterar a composição das subcomissões para dificultar as posições de suas correntes políticas moderadas.

Para o líder do PFL, Ulysses não está agindo de acordo com a maioria silenciosa

de seu partido e da Nação. Falando em nome desta maioria, Lourenço insistiu em que "nada passará neste plenário sem a nossa palavra, sem a nossa concordância". Mais: "a maioria é condutora, não é conduzida; esta maioria dirá não ao estado anárquico que se pretende implantar no País".

Em resposta a José Lourenço, o líder do PMDB, Mário Covas, assegurou que as decisões tomadas por Ulysses Guimarães enquanto presidente da Constituinte emanam de uma mesa diretora na qual o PFL não está presente por vontade própria. Negou que o PMDB esteja fazendo "jogadas" nas subcomissões mas advertiu que "nas comissões costumam influir os líderes". Quanto a Ulysses Guimarães, considerou-o, por sua história e tradição, imune às agressões daqueles que ao contrário dele não têm em suas biografias a marca da defesa das instituições democráticas.

— Não concedo a ninguém — sentenciou Covas apontando para Lourenço — o

direito de dizer que representa a maioria do PMDB. Quem diz isto — prosseguiu — que cuide da sua casa. Que ninguém pense que nosso partido não tem compromissos com a lei, com o regimento, com a liberdade, com a Assembléia Nacional Constituinte. Covas insistiu que a dignidade do PMDB como partido foi construída em mais de 20 anos de lutas "e por isto não damos a ninguém o direito de nos dar lição de democracia, embora não nos julgemos superiores a ninguém".

Covas lembrou que até mesmo as divergências de seu partido devem ser julgadas e resolvidas pelos próprios peemedebistas, "pois nosso partido é um partido sem donos".

— No passado não tivemos medo de caras mais feias do que as que hoje pensamos nos intimidar — frisou o líder do PMDB na Constituinte. "Junto com o povo arrancamos a democracia e se aqui (o plenário da Constituinte) é o local da luta, aqui ela será travada", concluiu Mário Covas.



parlamentares. Segundo suas estimativas, além dos peemedebistas, suas posições contam também com o apoio de 130 constituintes do PFL, 19 do PTB, 10 do PDS e seis, respectivamente, do PDDC e do PL. Carlos Santana assegura ainda ter o apoio de 130 peemedebistas.

PMDB/Ulysses — O grupo próximo ao deputado Ulysses Guimarães, mais conhecido como a turma do poire, é reduzido. Além dos ministros Renato Archer e Raphael de Almeida Magalhães, são ligados ao presidente do PMDB os deputados Euclides Scalco, Heraclito Fortes e Fernando Gasparian, além do senador Mauro Benevides. Mas Scalco, por exemplo, é vice-líder do senador Mário Covas; e Fernando Gasparian é identificado com os setores progressistas. São também próximos ao dirigente peemedebista o deputado Prisco Viana e o ex-líder Pimenta da Veiga, que também acompanha as posições de Mário Covas.

Supra Democrático — Já o grupo que se formou em função do papel do Estado na economia se subdivide em três alas. A primeira delas, totalmente contra a interferência do Estado no setor, tem entre seus representantes os deputados Gustavo Faria, Marcos Lima, Renato Johnson, e o senador Irapuá Costa Júnior. Todos do PMDB. Além dos pefelistas Gilson Machado e Rubem Medina os pedessistas Roberto Campos e Delfin Neto, o petebista Roberto Jefferson e Afif Domingos, do PL. Numa posição menos radical, estão o senador Albano Franco e os deputados Antonio Franco, e Gil César, além de Jalles Fontoura.

PMDB/Democrático — Liderado por Carlos Santana e Expedito Machado, este grupo reúne alguns coordenadores de bancada que, até o momento, manifestaram-se contrários à centralização das decisões por Ulysses Guimarães.

EXECUTIVO



Fogaça

O relator da Subcomissão do Poder Executivo, senador José Fogaça, não está muito otimista quanto à aprovação de seu parecer, depois de acatadas apenas as emendas que se enquadravam nos princípios de seu projeto original, como mandato de quatro anos para o presidente da República, sem reeleição, e implantação do regime classificado de neoparlamentarista. Justamente nesses dois casos é que ele sente reação de alguns integrantes da subcomissão.

Fogaça iniciou, ontem, a discussão das 305 emendas recebidas, todas elas respondidas, mas a votação do seu parecer será domingo, pois os avisos ainda não ficaram prontos. Fogaça reiterou que seu relatório se baseou nas tendências da maioria dos membros da Constituinte, conforme várias pesquisas, e admitiu apenas duas alterações de importância. No projeto original, havia dois casos de dissolução do Congresso pelo presidente da República, agora reduzidos à hipótese de a Câmara não conseguir maioria para compor a lista tripartite para indicação do primeiro-ministro.

O senador gaúcho observou que seu parecer final tornam mais nítidas as características parlamentaristas do regime proposto, reiterando não ter aceito as sugestões dos deputados Egidio Ferreira Lima, Expedito Machado e Borges da Silveira porque conflitavam com seu relatório. CVso seu parecer final seja derrotado na votação, Fogaça lembrou que isso não deve alterar muito o rumo da questão, porque de acordo com o regimento, nesse caso, ele pode fazer outro até o dia 25, ou novo parecer será apresentado pelo relator da Comissão de Organização do Estado. O relator da comissão é o deputado Egidio Ferreira Lima, que co-

munga mais ou menos as mesmas idéias de Fogaça, portanto um novo relatório não seria muito diferente.

Na subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, 70 sugestões foram acatadas pelo relator, deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR). A votação do parecer do relator também será no domingo.

COMUNICAÇÃO



Cristina

O parecer da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, elaborado pela deputada Cristina Tavares, foi aprovado, ontem, em bloco, com destaques para alguns itens que não mudaram a essência do capítulo da Ciência e Tecnologia — mantendo, inclusive, a reserva de mercado para a informática. Porém, a parte mais polêmica, a de Comunicação, será votada hoje. E pela posição demonstrada pelos parlamentares membros dessa subcomissão, está praticamente descartada a instituição do Conselho Editorial. Dessa forma, as discussões deverão se concentrar na proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação.

Na opinião do deputado Fausto Rocha (PFL-SP), é inaceitável a criação do Conselho Editorial, "pois sou favorável à livre iniciativa, e se alguém diverge da linha editorial de seu jornal, deve mudar de emprego e montar seu próprio jornal". Em relação ao Conselho Nacional de Comunicação, o deputado também é contra sua criação, pois acredita que a decisão sobre a concessão de canais de rádio e televisão deve ficar sob a responsabilidade única do Congresso Nacional.

Os trabalhos de votação dessa subcomissão se desenrolaram num clima bastante confuso e demorado. Tiveram início às 10 horas e só se encerraram por volta das 19 horas — e, mesmo assim, não houve tempo para votar o capítulo da Comunicação.

Relatório paralelo

No meio de toda a confusão armada, em parte pelas divergências entre o presidente da subcomissão, deputado Arolde de Oliveira (PFL-RJ), e alguns constituintes que reclamavam de sua maneira "ditatorial" de dirigir os trabalhos, alguns deputados informaram sobre a existência de um relatório substitutivo ao da deputada Cristina Tavares, que continha posições totalmente diferentes das que foram apresentadas à subcomissão.

O relatório foi elaborado pelo deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), em conjunto com outros deputados dessa subcomissão, para substituir o de Cristina Tavares caso não fosse aprovado. Segundo o deputado Fausto Rocha, o relatório elaborado por Ribeiro excluía a reserva de mercado, por acreditar que esse tema não deve ser matéria

Procuradores protestam

A Associação Nacional dos Procuradores da República divulgou ontem "Nota de Alerta à Nação" advertindo que o anteprojeto da subcomissão que trata do Ministério Público Federal e que retira dele o papel de advogado da União poderá pôr em risco o combate aos crimes financeiros cometidos pelo governo. Ao mesmo tempo denuncia a existência de um poderoso lobby trabalhando nesse sentido junto aos constituintes.

ria constitucional, e excluía também o Conselho Nacional de Comunicação e o Conselho Editorial.

Apesar do capítulo da Ciência e Tecnologia ter sido aprovado de acordo com a essência elaborada pela deputada Cristina Tavares, Fausto Rocha garantiu que na comissão temática (que reúne as três subcomissões da área), para onde irá o parecer da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação, pretende lutar para que não haja na Constituição a obrigatoriedade da reserva de mercado, mesmo para setores considerados estratégicos e essenciais para o desenvolvimento do País. Em sua avaliação, esse mecanismo impede que o mercado funcione livremente.

Algumas pessoas ligadas à deputada Cristina Tavares chegaram a dizer que houve de deliberada intenção de destituí-la do cargo, com base na argumentação que se o seu relatório não fosse aprovado, ela deixaria o posto vago — e estaria aberta a brecha necessária para a apresentação do relatório elaborado pelo deputado Mendes Ribeiro. Essas mesmas pessoas alegaram que o deputado Ulysses Guimarães foi contra a destituição da deputada, ressaltando que, mesmo que seu relatório não fosse aprovado, ela continuaria no cargo.

No relatório da deputada Cristina Tavares, o capítulo aprovado da Ciência e Tecnologia prevê que "o mercado interno constitui patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da Nação". E, para isso, "a lei estabelecerá reserva de mercado interno tendo em vista o desenvolvimento econômico e a autonomia tecnológica e cultural nacionais".

TECNOLOGIA



Campos

O senador Roberto Campos (PDS-MT) considerou "uma maluquice" o relatório final da Subcomissão de Ciência e Tecnologia por considerar o mercado nacional "patrimônio nacional" e generalizar a reserva de mercado "tendo em vista o desenvolvimento econômico e a autonomia tecnológica e cultural nacionais". O senador não faz parte desta subcomissão nem garante que se o fizesse iria falar "desaforo de todo o tipo".

Segundo o senador Roberto Campos, o dispositivo aprovado no anteprojeto da relatora da subcomissão, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), retrocede o Brasil ao comércio do império e simplesmente vira as costas para o mundo. Na sua opinião, maluquice maior do que pretender a autonomia tecnológica é pretender a autonomia cultural, como se não pudessemos mais ter acesso aos grandes mestres internacionais da literatura, da música e da ciência.

Segundo o senador Roberto Campos, que é membro da Comissão da Ordem Econômica, "se outros países adotam a mesma política pretendida pelos membros da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, considerando seus mercados internos como patrimônios nacionais, vamos acabar com o comércio internacional. Isto é a negação da economia de mercado e é como pretender revogar a lei da oferta e da procura".

"Falar em ordenamento do mercado interno é um verdadeiro absurdo. Os mercados são regulados por suas próprias leis e é por isso que o congelamento, uma espécie de ordenamento, nunca funciona".

vasto possível intercâmbio tecnológico. Os Estados Unidos, por exemplo, consideram que têm muito a aprender com o Japão e vice-versa. Enquanto isso, a Europa está se reunindo para lutar contra ambos. Autonomia tecnológica é uma maluquice antiga e agora adicionaram uma outra: a autonomia cultural".

Determinar de forma imperativa que a lei estabelecerá a reserva de mercado interno, como está escrito no parágrafo 1º do artigo 2º, do anteprojeto da deputada Cristina Tavares, significa que podem estender a reserva da informática para qualquer outro produto, "até para as prostitutas brasileiras". Para o senador Roberto Campos "a briga mundial não é pela reserva do mercado interno, mas pelo acesso ao mercado mundial. Os EUA estão brigando com os japoneses por quê? Eles querem acesso ao mercado do Japão de semicondutores".

DEFESA



Fiúza

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança vota, hoje, o polêmico relatório do deputado Ricardo Fiúza que, por ter mantido todos os princípios vigentes nas Constituições de 1967 e 1969, recebeu nada menos que 224 propostas de

emendas.

Tratando de temas delicados, como a definição do papel constitucional das Forças Armadas, decretação de estado de sítio, funções das forças policiais — especificamente da Polícia Federal —, obrigatoriedade do serviço militar e sobrevivência da Segurança Nacional, como doutrina e como conselho, as emendas propõem essencialmente um abrandamento nos dispositivos cunhados pelo deputado Ricardo Fiúza em seu documento.

Assim, no que se refere ao papel constitucional das Forças Armadas, uma boa porcentagem de emendas sugere a substituição do texto do relatório pela fórmula encontrada no anteprojeto Afonso Arinos. Ou seja, as emendas recomendam ao deputado Fiúza uma maior valorização do Congresso Nacional, na medida em que o relator considerou que qualquer intervenção armada no País pode ser dar sem que o Legislativo e o Judiciário sejam previamente ouvidos.

Uma das emendas a esta proposta, de autoria do presidente da comissão, deputado José Tavares, sugere que apenas nos casos estritos em lei as Forças Armadas assegurem a ordem constitucional e, assim mesmo, por iniciativa dos três poderes.

Outras emendas pedem a revogação da tarefa de censura com atribuição da Polícia Federal, garantindo-lhe, no entanto, a função de reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas.

No capítulo referente à decretação de estado de sítio e estado de defesa, alguns constituintes mostraram, através de suas emendas, preocupação com a manutenção da integridade e identidade pessoais durante sua vigência, defendendo inclusive a manutenção da imunidade parlamentar durante a duração dos dois estados excepcionais.

Do PT partiram 24 emendas, assinadas pelo deputado José Genoíno, e elas variam da eliminação do estado preliminar de "defesa" (mantendo, portanto, só o estado de sítio) à supressão do capítulo Segurança Nacional da Constituição, passando pela criação do Ministério da Defesa, serviço militar facultativo, extinção dos serviços de informações tipo SNI. O deputado petista propõe, ainda, que a formação dos militares se dê em universidades federais, servindo as escolas militares apenas como foro de especialização.